



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

1
498
7

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração em Apelação Cível nº 0318594-8

Embargante: TNL PCS S/A

Embargado: Califórnia Petróleo Ltda.

Relator Convocado: Juiz Márcio Aguiar

EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ACÓRDÃO EMERGENTE DO JULGAMENTO DE RECURSO DE APELAÇÃO. OMISSÃO INOCORRENTE. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA DEVIDAMENTE ENFRENTADA. PREQUESTIONAMENTO. NÃO DEMONSTRADOS OS REQUISITOS DO ART. 535 DO CPC. RECURSO REJEITADO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Inocorrência de omissão no acórdão recorrido, que enfrentou todos os pontos imprescindíveis ao deslinde da questão, e as questões trazidas foram devidamente respondidas e resolvidas, não havendo, assim, o que se esclarecer na decisão embargada.
2. "O prequestionamento da matéria, por si só, não tem o condão de viabilizar o acolhimento dos embargos de declaração, pois é indispensável a demonstração inequívoca da ocorrência dos vícios enumerados no artigo 535 do CPC. 3. Recurso especial não conhecido" (STJ-5ª T., RESP 673777/SP, Ministra Laurita Vaz, DJU 21.10. 04).
3. Não estando presentes os requisitos previstos no art. 535 do CPC, impõe-se a rejeição dos embargos.
4. Embargos rejeitados à unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração em Apelação nº 0318594-8, em que figura como embargante TNL PCS S/A e como embargado Califórnia Petróleo Ltda., ACORDAM os Desembargadores que compõem a Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos em REJEITAR OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO na conformidade do relatório e do voto, que integram este aresto.

Recife, 29.05.14.

Márcio Aguiar

**Juiz Márcio Aguiar
Relator Convocado**



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração em Apelação nº 0318594-8

Embargante: TNL PCS S/A

Embargado: Califórnia Petróleo Ltda.

Relator Convocado: Juiz Márcio Aguiar

RELATÓRIO

Cuida-se de embargos de declaração interpostos ao acórdão proferido na Apelação nº 0318594-8, em que a recorrente, TNL PCS S/A, requer o acolhimento dos presentes embargos para fins de prequestionamento dos seguintes dispositivos normativos: art. 186, 188, inciso I, 422, 884, 885, 886 do CC/02; arts. 131, 333, inciso I, todos do CPC e art. 5º, incisos II, LIV e LV, da CF/88.

Aduz ainda a recorrente que devem ser atribuídos efeitos infringentes a estes embargos para a inteira reforma do vergastado acórdão.

Por independer de pauta, trago o feito em mesa para julgamento por esta Câmara.

VOTO

Para melhor elucidar a questão tenha-se o acórdão embargado:

EMENTA: CONSUMIDOR. TELEFONIA. DANOS MORAIS. APLICAÇÃO DO CDC. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. CABIMENTO. ART. 6º, VIII, DO CDC. ATO ILÍCITO. DANO MORAL CONFIGURADO. CARÁTER PUNITIVO. PRECEDENTES. VALOR DA INDENIZAÇÃO. MAJORAÇÃO. QUANTO AO ÍNDICE A SER APLICADO À CONDENAÇÃO. UTILIZAÇÃO DA TABELA ENCOGE. SENTENÇA MODIFICADA. APELO DA DEMANDANTE PROVIDO POR UNANIMIDADE. APELO DA DEMANDADA PARCIALMENTE PROVIDO POR MAIORIA DE VOTOS.

1. O conjunto probatório permite inferir que não ocorreu solicitação por parte do demandante de novas linhas telefônicas e nem do cancelamento das linhas de que fazia uso. Houve, portanto, a prática de ato ilícito pela recorrente, que indevidamente cancelou linhas telefônicas das quais o demandante se utilizava em suas relações de negócios em decorrência do não pagamento de cobranças indevidas de linhas telefônicas que ele sequer havia contratado. Tal situação, de fato, caracterizou-se em ilícito civil, com o seu consequente prejuízo moral.

2. Em casos como o presente, o próprio ato ilícito apresenta-se como ensejador dos danos morais, não havendo que se perquirir acerca dos prejuízos efetivamente sofridos pelo autor. A jurisprudência pátria vem admitindo a incidência do dano moral meramente punitivo (ou *punitive damages*), consistindo o ato ilícito praticado



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

2 500
M

pelos fornecedores na própria fundamentação do arbitramento da indenização. Precedentes.

3. Por se tratar de matéria consumerista, é devida a inversão do ônus da prova, quando verificada a verossimilhança das alegações do autor ou quando for este hipossuficiente, nos termos do art. 6º, inc. VIII do CDC. Precedente.

4. O valor arbitrado pelo julgador de primeiro grau deve ser majorado, porque não atende suficientemente ao caráter punitivo que deve ser observado nas indenizações por dano moral e ao intuito de desestimular a prática de novos ilícitos, garantindo também o adequado conforto a que faz jus o demandante, com base no art. 944 e seguintes, do CC.

5. Em se tratando de condenação em danos morais, deve-se aplicar a tabela ENCOGE e não o INPC.

6. Apelo da demandante provido à unanimidade para majorar o valor dos danos morais em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Apelo da demandada parcialmente provido para fixar o índice de atualização pela tabela ENCOGE.

Pois bem.

Sabemos que somente se justifica o manejo dos embargos de declaração, nos contornos definidos no art. 535 do Código de Ritos, com o escopo de expungir ou afastar do provimento jurisdicional eventuais obscuridades, contradições ou ainda suprir omissão sobre ponto acerca do qual se impunha pronunciamento.

Na hipótese dos autos, não se verifica qualquer omissão, contradição ou obscuridade na decisão vergastada que, ao contrário, abordou toda a matéria de forma coerente, nos limites em que foi posta em Juízo, apreciando exaustivamente os pontos trazidos no apelo da ora recorrente.

Em verdade, observa-se que a parte embargante almeja rediscutir a matéria, o que não se admite pela via dos aclaratórios.

Note-se que não está obrigado o Tribunal a examinar exaustivamente a controvérsia da forma como colocada pelas partes, mas apenas indicar os fundamentos pelos quais acolhe ou rejeita a pretensão deduzida nos autos, segundo a regra do livre convencimento motivado (art. 131 do CPC).

Quanto ao prequestionamento pretendido pela embargante, o Superior Tribunal de Justiça já decidiu que, mesmo que interpostos com a finalidade de prequestionar, os embargos de declaração devem se submeter ao regime imposto pelo art. 535, do CPC. Sobre o tema, confira-se:



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

3 501 M

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 535, DO CPC. NÃO-OCORRÊNCIA. (...) 2. O prequestionamento da matéria, por si só, não tem o condão de viabilizar o acolhimento dos embargos de declaração, pois é indispensável a demonstração inequívoca da ocorrência dos vícios enumerados no artigo 535 do CPC. 3. Recurso especial não conhecido" (STJ-5ª T., RESP 673777 / SP, Ministra Laurita Vaz, DJU 21.10.04). (g.n.)

Desta forma, tem-se que a presente decisão deixou clara a motivação expendida, não havendo qualquer omissão, obscuridade ou contradição a ser sanada, pelo que cuido ser conveniente que seus argumentos sejam tecidos no recurso cabível, a fim de ser apreciado pela Instância Superior, caso seja do interesse da parte vencida.

Consequentemente, não estando presentes os requisitos previstos no art. 535 do CPC, impõe-se a rejeição dos embargos.

Assim, REJEITO estes Embargos de Declaração interpostos por TNL PCS S/A, mantendo-se o acórdão em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 29.05.14

Márcio Aguiar
Juiz Márcio Aguiar
Relator Convocado.